

O HISTÓRICO DO POVO TAPIRAPÉ

Os Tapirapé, povo indígena de língua tupi, viviam no início deste século na cabeceira do rio Tapirapé. Sua população era, segundo Wagley, de aproximadamente 1500 pessoas, constituindo 5 aldeias. (1)

Há notícias de contactos com elementos da sociedade envolvente acontecidos por volta de 1910. Esses contactos dão-se inicialmente com expedições (a procura de seringais, caçadores, aventureiros, etc) e com missionários (católicos e outros). Estes contactos, esporádicos a princípio, intensificam-se pelo ano de 1940. com a chegada de criadores de gado que se estabelecem nas margens do Rio Tapirapé. (2)

Vítimas de sucessivas epidemias (gripe, sarampo, varíola, etc) advindas desses contactos, os Tapirapé sofrem um intenso processo de depopulação, tornando-se mais vulneráveis aos ataques de seus inimigos - os Kaiapó. Um desses ataques causou a dispersão do grupo em 1947. Os sobreviventes reduzidos a apenas 57 pessoas, foram reunidos somente em 1950, próximos à foz do rio Tapirapé, sob a proteção do SPI.

Nessa nova localização entram em contacto direto com os vizinhos Karajá e com a sociedade envolvente.

Em 1954 surge a primeira Companhia Imobiliária na região - a CIVIS. (3) A partir de 1964 grandes companhias agropecuárias começam a se instalar na região. Os Tapirapé vêem seu território imemorial ser rapidamente ocupado. As companhias Codeara, Porto Velho e Tapiraguaia particularmente, vão confinando-os num espaço reduzidíssimo.

Em anexo segue o mapa com território tradicional Tapirapé e o atualmente ocupado. (aproximadamente 2% do original.)

Então o povo Tapirapé começa a se movimentar para tentar garantir ao menos um pedaço de chão de seu "habitat" tradicional.

Tem início uma longa luta travada principalmente com a Cia. Tapiraguaia, entre o direito imemorial deste povo, garantido na Constituição Federal (artigo 198) e os interesses das grandes empresas financiadas pela SUDAM.

Até que finalmente sai o decreto presidencial nº 88.194, de 23 de março de 1983, garantindo aos Tapirapé e Karajá da barra do rio Tapirapé uma área conjunta de 64.000 ha.

Simultaneamente à implantação das grandes empresas agropecuárias, o turismo também se instalou nos rios Araguaia e Tapirapé, através da empresa André Safari Tours. Com 2 grandes barcos-hotéis, destinados a receber sobretudo turistas estrangeiros, essa empresa causou considerável interferência nas comunidades indígenas. Durante a temporada turística estes barcos adentravam semanalmente nas áreas indígenas (maio a outubro).

No período a partir de 1950 até agora, a participação dos Tapirapé no comércio regional foi aumentando gradativamente, sobretudo com a pesca e venda de pirarucu seco, peles de animais, venda de artesanato e mais raramente de produtos da roça.

2-A NECESSIDADE DE ESCOLA

É nesse contexto de intensivo contacto com a sociedade brasileira que surge a necessidade de escola:

- poder viajar a Brasília para conversar com a Funai a respeito da demarcação da área;
- poder entender a " linguagem" dos mapas , como é feita a representação gráfica dos acidentes geográficos, etc;
- poder comercializar com os sertanejos em pé de igualdade, sem serem fraudados nas trocas;
- não serem explorados na venda do pirarucu seco;
- vender artesanato por preços mais justos;

todas essas aspirações foram expressas pelos Tapirapé quando fizeram a exigência de escola, junto à Missão das Irmãzinhas de Jesus, comunidade de religiosas que vive com eles desde 1952.

As Irmãzinhas de Jesus conseguiram professores ligados à Prelazia de São Félix do Araguaia para assumirem a escola.

Em 1973 inicia-se o processo de alfabetização destinada a atender sobretudo a população adulta (homens e mulheres), já que as expectativas provinham deles. A maioria da população adulta (50 pessoas) participou dessa alfabetização (112 pessoas na época.)

Gradativamente porém a escola foi se abrindo para as crianças, e hoje conta com 60 alunos de 7 a 19 anos. (4)

Quadro da Faixa Etária dos Alunos - 1985

ANOS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
7 a 10	9	16	25
10 a 15	14	12	26
15 a 19	6	3	9

O crescimento demográfico dos Tapirapé está em ritmo acelerado, pois a população quadruplicou em 35 anos. Há 76 crianças com idade abaixo de 7 anos, num total de 212 pessoas. Ver anexo I - pirâmide demográfica Tapirapé.

A comunidade Tapirapé foi aos poucos explicitando o desejo de que esse estudo fosse reconhecido oficialmente, ou de que "tivesse o mesmo valor" que o ensino ministrado nas escolas municipais e estaduais da região.

Em vista desse reconhecimento, conseguiu-se junto à Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, MT o decreto nº 003 de 07 de fevereiro de 1983, que criava uma escola municipal dentro da aldeia Tapirapé.

Porém esse decreto não satisfaz os interesses da comunidade indígena, uma vez que coloca a Escola Tapirapé nas mesmas condições de qualquer outra escola da rede municipal (quanto às exigências curriculares, de frequência, etc...)

Consultando o Plano de Educação do Estado de Mato Grosso (5) vimos que o mesmo considera a "realidade dos Povos Indígenas como-

.Realidade importante : porque a educação indígena tal como é vivida por esses povos, apresenta valores culturais que podem se constituir, em alguns aspectos, modelos para o sistema escolar da sociedade brasileira;

.Realidade específica : porque a educação indígena deve ser distinta para cada um dos povos que a compõem levando-se em conta, uma certa diversidade de modelos educativos;

.Realidade diferente : porque esses modelos de educação, diferindo entre si, apresentam aspectos distintos se comparados ao sistema educativo nacional".

É dentro deste espírito que propomos à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso o reconhecimento da Escola Indígena Tapirapé.

3- EXPLICITAÇÃO DA PROPOSTA DA ESCOLA

Após 12 anos de trabalho educacional junto à essa comunidade, estamos convictos de que a Escola Tapirapé deve respeitar:

- o processo histórico vivido por esse povo;
- a sua diversidade cultural;
- a sua especificidade sócio-linguística;
- a pedagogia própria na transmissão dos conhecimentos;
- e ao mesmo tempo colaborar para que eles consigam recuperar e manter sua autonomia enquanto Povo Tapirapé.

Eles sentem que para isso é preciso "conhecer o pensamento do branco" e há a expectativa de que a escola seja intermediária dos conhecimentos relativos ao nosso mundo, sobre o funcionamento da nossa sociedade.

Porém isso deve ser feito sempre cuidadosamente, sem colocar nossos conhecimentos como superiores, senão estaremos esvaziando e até destruindo elementos culturais que sustentam a identidade étnica deste Povo.

Exemplificando: um dos modos de se transmitir o saber dentro da cultura indígena é através do relato mítico feito pelas pessoas mais idosas. Sabemos que as narrativas míticas contêm informações relativas à fauna, flora, convivência e sobrevivência junto à Natureza, etc.

A escola não pode menosprezar esse saber próprio da comunidade indígena. A partir do conhecimento do índio sobre biologia, botânica, zoologia, astronomia, etc... os conhecimentos nossos também serão apresentados mas de uma maneira comparativa e não como verdades absolutizadas.

O conhecimento mútuo das duas culturas deve se entrelaçar de modo que contribua para o enriquecimento de ambas, e não para que uma se sobreponha à outra, ignorando todo o saber construído ao longo de milênios.

Não é só por curiosidade que eles querem apreender nossos conhecimentos, mas inclusive para encontrar alternativas de sobrevi-

vência dentro da nova realidade em que o contacto os envolveu.

Não podemos nos esquecer de que são sociedades minoritárias tentando sobreviver frente à um verdadeiro rolo compressor representado pela sociedade nacional.

Essa busca de alternativas para sobreviver será inócua senão considerar o referencial cultural básico do povo indígena.

3.1 A escola não poderá se omitir também frente ao processo histórico vivido pelos Tapirapé e pela totalidade dos povos indígenas no Brasil, que é a luta pelo reconhecimento ao direito de terem um território garantido e livre de invasores.

Lembrando o documento das Nações Unidas (6) estabeleceu como programa de ação:

"que se reconheça a todas as nações indígenas o regresso e o controle, no mínimo, de terras suficientes e apropriadas que lhes permitam viver uma vida economicamente viável e de acordo com seus próprios costumes e tradições, e que seja possível seu próprio ritmo de desenvolvimento" e " que a relação especial dos povos indígenas com sua terra deve ser entendida e reconhecida como básica para suas crenças, costumes, tradições, e cultura".

3.2 A escola deve considerar a diversidade cultural, isto é, ter presente que está atuando num mundo onde as raízes são outras, a maneira de viver e interagir diferem particularmente da nossa visão de mundo . Se isso não for levado em conta teremos uma escola instrumento de dominação cultural, eivada de um etnocentrismo preconceituoso. Vale lembrar o Estatuto do Índio (artigo 47) que diz:

"É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão".

Também o documento de Barbados (7) nos alerta que:

" O Estado deve garantir a todas as populações indígenas o direito de serem e permanecerem elas mesmas, vivendo segundo seus costumes, o direito de constituírem entidades étnicas específicas."

3.3 A escola terá que situar dentro da especificidade sócio-linguística.

Considerando-se essa especificidade (todas as crianças em idade de ingressar na escola não falam português) a alfabetização é feita na língua materna, pois como diz o Informe de Reunião de

...talista: organizada pela UNESCO em 1951:

-6-

1- A língua materna é o meio natural de expressão de uma pessoa, e uma de suas primeiras necessidades é desenvolver ao máximo sua aptidão para expressar-se.

2- Todo aluno deverá começar seus cursos escolares na língua materna.

4- Nenhuma língua é inadequada para satisfazer as necessidades de uma criança nos primeiros meses de ensino escolar.

Esse estudo (8) cita os fatores psicológicos, sociológicos e educacionais que constituem o uso da língua materna para a instrução de uma criança: psicologicamente é o sistema de sinais significativos que na sua mente funciona automaticamente na expressão e no entendimento; sociologicamente é um meio de identificação entre os membros da comunidade a que pertence; e educacionalmente a criança aprende mais rapidamente através dela do que através de um meio linguístico que não lhe seja familiar.

O Congresso Brasileiro aprovou em 1965 (Decreto legislativo nº 20) e o Presidente da República promulgou em 1966 a Convenção nº 107 da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Nela, entre outras recomendações, lemos no art. 23 1) Será ministrada às crianças pertencentes às populações interessadas ensino para capacitá-las a ler e a escrever em sua língua materna ou em caso de impossibilidade, na língua mais comumente empregada pelo grupo a que pertencam.

Também temos a lei nº 6001 (Estatuto do Índio) que no seu artigo 49 diz:

" A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertencam, e em português, salvaguardado o uso da primeira".

Respalhando todas essas leis e recomendações, temos uma prática na escola Tapirapé que realmente comprova que:

- o processo de alfabetização é muito mais eficaz quando desenvolvido na língua materna.

- uma vez que as crianças estão alfabetizadas passa-se ao estudo de português como segunda língua.

" A alfabetização se faz em uma língua só e quando se aprende uma segunda ou terceira língua o indivíduo não se alfabetiza por segunda ou terceira vez, mas somente adapta o método para o novo código. (9)

Para que a alfabetização na língua materna seja eficaz, temos que contar com material didático pedagogicamente adequado. A Escola Tapirapé conta com material produzido com a participação dos professores, dos alunos e de linguistas. Há para o período preparatório "Xe xema'eãwa ypy", depois a cartilha "XE Xeparama'eãwa" que é acompanhada pelo livro de exercícios "Pexe Xixema'e Kãto". Também a gramática e a fonologia da língua Tapirapé já estão estudadas e há obras que dão apoio e subsídio ao trabalho escolar. (10).

3.4 A escola deve levar em conta a pedagogia própria na transmissão dos conhecimentos.

Considerando-se que a educação indígena sempre existiu e continuará a existir fora da escola, temos que procurar formas de que essa instituição provinda de uma outra sociedade não venha a interferir negativamente neste processo. Há possibilidade de complementação entre ambas se levarmos em conta que "alfabetização e escola devem ser tomadas como técnicas complementares em uma situação de contato, e não como instrumentos substitutos da educação indígena".(11)

Segundo Egon Schaden "a educação nos grupos tribais se relaciona em cada um dos seus aspectos com a vida coletiva em suas múltiplas dimensões (...) Para compreender o processo educativo numa tribo, qualquer seria necessário a rigor conhecer a fundo o sistema sócio-cultural a que ela corresponde."(12)

Dentro da cultura Tapirapé há métodos pedagógicos que são usados para socializarem as novas gerações: percebe-se que é toda a comunidade que educa as crianças, nas mais variadas situações, a fim de que esses indivíduos possam ir se desenvolvendo nos padrões estabelecidos do que seja um bom tapirapé, uma boa tapirapé. Daí a importância do exemplo na ação dos mais velhos.

O que Florestan Fernandes disse a respeito dos Tupinambá também é verdadeiro para os Tapirapé : (13)

"Trata-se de uma educação que tinha por base assimilar o indivíduo à ordem social tribal (ou ao nós coletivo) nos limites que isso se torna possível, sem destruir o equilíbrio psico-fisiológico da pessoa, unidade e fundamento dinâmico da vida."

O grande respeito que se tem pelas diferenças individuais , gera uma sociedade em que todos têm o seu lugar. É uma educação que ao mesmo tempo integra e também considera as diferenças.

Não há áreas estanques de conhecimento. A educação é globalizante, não divorciada da vida.

Como metodologia de ensino considera-se o "aprender fazendo": a criança vai observando e imitando as ações dos adultos. Estes por sua vez fazem instrumentos de trabalho adequados ao tamanho de seus filhos e filhas. Assim uma garota tem seu pilãozinho, seu peneirinha. Os meninos tem arcos e flechas correspondentes ao seu tamanho. E o aprendizado acontece na brincadeira. Brincando se preparam para a vida adulta.

O grande respeito que se tem para com as crianças transparece até quando é preciso corrigir alguém que cometeu uma transgressão do comportamento considerado ideal. Não se altera a voz, e é pela via da persuasão que se procura convencer a criança a mudar o comportamento.

Durante a amamentação a mãe dispensa total cuidado e atenção às crianças. Entretanto, depois do tempo do desmame a criança se torna muito independente e com ampla liberdade de movimentos.

Os rituais do desmame, da iniciação (para os rapazes por volta dos 12 anos e para as meninas por ocasião da primeira menstruação) são momentos educativos significativos e celebrados pela comunidade toda.

4- ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

Diante de tudo o que foi colocado: a sociedade indígena Tapirapé com seu sistema educativo tradicional, tentando sobreviver tanto física quanto culturalmente frente a um contato avassalador com a sociedade envolvente e, vendo na escola um meio de ajuda nesta luta, acreditamos que a escola tem que se organizar de tal maneira que conjugue as duas coisas, ou seja, permeada pela cultura Tapirapé ela introduzirá novos conhecimentos, porém dentro de um espírito crítico e não desligados do contexto em que se apresentam.

4.1- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Assim para melhor atender ao desenvolvimento de cada aluno, e também para se adaptar ao ritmo de vida da aldeia, propomos que

o ensino seja ministrado em módulos. Dessa maneira há várias vantagens pois:

- não há uma margem rígida dos dias letivos limitada pelo calendário oficial (de 180 dias);
- os alunos poderão participar das saídas coletivas para as pescarias, caçadas, etc, sem com isso ficarem prejudicados;
- consideramos indispensável que os professores também participem dessas outras atividades, para que a escola não isole da vida tribal (essas ocasiões são excelentes para o aprendizado "in loco" de Ciências Naturais, Estudos Sociais, etc...)
- o ensino em módulos proporciona um respeito ao rendimento de cada aluno: quando ele dominar o conteúdo proposto por um módulo, passará para o módulo seguinte. Com isso evita-se a reprovação.
- o processo de avaliação é contínuo; como as turmas são constituídas por um nº pequeno de alunos (máximo de 20) há condições do professor acompanhar o rendimento de cada aluno;
- assim é possível determinar quando os objetivos terminais de cada módulo estão cumpridos e aí o aluno passará para o módulo seguinte.

A proposta curricular dos módulos segue em anexo II.

Uma outra questão a ser colocada é a questão dos nomes dos alunos para efeitos de matrícula.

Desde o nascimento até passar pelos ritos de iniciação a criança tapirapé recebe um nome, dado pelos avós, e que pertence à um seu antepassado.

Com a chegada da puberdade celebra-se a passagem de menino a rapaz, e o novo rapazinho recebe um novo nome, para marcar justamente essa passagem: ele deixa de ser menino e ingressa na convivência com os homens. Passa a morar na "casa dos homens" até seu futuro casamento.

As meninas por ocasião da primeira menstruação, passam por um período de reclusão ao fim do qual elas são enfeitadas e são consideradas novas mulheres, recebendo também novos nomes.

esses acontecimentos são celebrados ritualmente, com participação de toda a comunidade. Depois os seus nomes de criança não podem mais ser pronunciados, e caso o seja é motivo de grande vergonha para o novo rapaz ou para a nova moça.

Propomos para solucionar isso, uma ficha de matrícula que possibilite o registro dos 2 nomes. Assim não ocorrerão dificuldades quanto à identificação dos alunos. Segue o modelo no anexo III.

4.2 ORGANIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE E DO CORPO DISCENTE

Atualmente o corpo docente da Escola Tapirapé é constituído por 2 professoras "tori" (não-índias), e por 2 professores Tapirapé.

Os professores Tapirapé estão sendo acompanhados, fazendo treinamentos pedagógicos periódicos. Eles se ocupam de 2 turmas em fase de alfabetização.

As professoras ocupam-se das turmas posteriores, até o nível correspondente à 4ª série. (1º Grau.)

É preciso que os professores não-índigenas que vão trabalhar na Escola Tapirapé possuam adequada preparação antropológica, além de conhecimentos prévios da língua e cultura deste povo.

Quanto ao corpo discente, é constituído pelas crianças da aldeia a partir de 7 anos. Consideramos que a vivência das crianças menores de 7 anos no âmbito familiar-tribal é importantíssima na sua formação psico-social. Seria artificial e contraproducente que elas, antes dessa idade fossem limitadas pelo espaço-escola. Pois esse período é privilegiado no que se refere ao desenvolvimento psico-físico e à integração social das crianças.

4.3 QUANTO À DIREÇÃO DA ESCOLA

Considerando que a nossa atuação junto ao povo Tapirapé é a nível de colaboração e que nossas ações devem se pautar por um esforço no sentido de que eles se organizem cada vez mais, para que sejam os protagonistas de sua própria História, seria incoerente que a direção da escola ficasse nas mãos de uma só pessoa e pior ainda, se for uma pessoa não-índigena.

Assim propomos uma equipe diretiva da escola, composta pelo chefe da aldeia e pelos professores (tanto os Tapirapé como os não-índigenas.) Essa equipe se ocuparia mais do andamento cotidiano da escola.

Qualquer decisão mais abrangente, porém deve necessariamente passar pela comunidade toda, como já acontece na prática vivenciada por eles.

CITAÇÕES E FONTES DE CONSULTA

- 1- WAGLEY, Charles
1977- Wellcome of Tears, The Tapirapé Indians of Central Brazil-Oxford University Press. Capítulo II.
- 2- BALDUS, Herbert
1970- Tapirapé, Tribo Tupi no Brasil Central. Capítulo III. Companhia Editora Nacional- São Paulo.
- 3- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de
1959- A situação atual dos Tapirapé.
Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, NS Antropologia nº 3 - Belém do Pará.
- 4- Comissão Pró- Índio - SP
1981- A Questão da Educação Indígena. relatório: A Escola Tapirapé - Paula, Luiz Gouvêa de --Paula, Eunice, Dias de Editora Brasiliense - SP.
- 5- Plano de Educação - Mato Grosso.
1980 - 1984 págs. 44-45.
- 6- Resolução Final da Conferência Internacional de Organismos Não-Governamentais das Nações Unidas sobre a Discriminação dos Povos Indígenas nas Américas.
1977. Genebra.
- 7- Simpósio sobre a "Fricção Inter-Étnica na América do Sul"
1971- Declaração de Barbados.
- 8- UNESCO- Emprego das Línguas Vernáculas no Ensino.
1954- págs. 75-76.
- 9- Melià, Bartomeu
1979 - Educação Indígena e Alfabetização.
Edições Loyola . SP
- 10-A ALMEIDA, Antônio, PAULA, Luiz Gouvêa de, - Irmãzinhas de Jesus.
1983- A Língua Tapirapé
Biblioteca Reprográfica Xerox.
- 10-B LEITE, Yonne de Freitas
1977- Aspectos de fonologia e morfologia Tapirapé
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional Linguística 9 - Rio de Janeiro.
- 11- MELIÀ, Bartomeu - op citado.
- 12- SCHADEN, Egon
1976- Educação Indígena- in Problemas Brasileiros, Ano XIV nº 152 São Paulo.
- 13- FERNANDES, Florestan
1975- Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios.
Petrópolis.

Aldeia Tapirapé, setembro de 1985.

Companheiros e companheiras de caminhada:

Este é um primeiro esboço da proposta de legalização da Escola Tapirapé.

Já faz tempo que estamos discutindo esse assunto e o que nos leva a elaborar essa proposta para ser apresentada à Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso é a vontade de ver reconhecido o direito que os Tapirapé e outros Povos Indígenas têm de ter o seu ensino validado de acordo com os seus interesses. Conversando com pessoas ligadas à Secret. Est. de Educação e ao Ministério da Cultura, vimos que há possibilidade de se lutar por isso.

Mas essa luta não pode ser só nossa. Por isso estamos enviando esta primeira redação a vocês. É importante que leiam, critiquem, acrescentem ou suprimam conforme acharem necessário.

Este texto está incompleto. Estão faltando as propostas dos módulos de ensino, mapas, pirâmide demográfica, etc que não ficaram prontos ainda. Ele será completado na redação final incluindo esses anexos e as sugestões que vierem de vocês.

Pedimos que as respostas sejam encaminhadas, se possível até 15 de outubro, quando haverá uma reunião em Brasília para a redação final.

As respostas devem ser enviadas para :

Eunice Dias de Paula

A/C CIMI Nacional

Caixa Postal 11-1159

70084 - BRASÍLIA DF

Com um abraço de solidariedade na Causa que nos une,

Nice e Luiz